

A SOCIOLINGÜÍSTICA NO ENSINO–APRENDIZAGEM DA LÍNGUA MATERNA NO EJA

Tabitha Molina Monteiro (FACSUL)

tabitha_molina@hotmail.com

RESUMO

O domínio da língua materna além de ter um caráter social e público, também é uma condição fundamental para conquista e o exercício da cidadania. Os projetos e estratégias de letramento na Educação de Jovens e Adultos devem compreender e fazer cumprir as necessidades dos variados públicos atendidos por essa modalidade. Desse modo, o presente estudo tem como objetivo analisar a maneira como o ensino de língua materna é repassado aos alunos da Educação de Jovens e Adultos, evidenciando a importância da sociolinguística no contexto de ensino–aprendizagem. Para tal, buscou-se na literatura obras relacionadas ao assunto que embasassem a pesquisa, trazendo teóricos das áreas como Sapir (1969), Grossi (1990), Freire (1996), Labov (2008), Bortoni-Ricardo (2004) entre outros autores. A Educação de Jovens e adultos é uma modalidade de ensino diferenciada, visto que, por ser um público que já possui o domínio da linguagem, sendo essa adquirida e legitimada em seu cotidiano, o qual permeia por inúmeras variações linguísticas, também tem uma bagagem cultural diversificada. Nessa perspectiva, para ocorrer o letramento em sua efetividade deve considerar todos os fatores externos, a heterogeneidade dos educandos, aspectos socioculturais da comunidade e suas diferentes manifestações.

Palavras-chave:

EJA. Letramento Sociolinguística.

1. Introdução

Discutir a realidade educacional não é uma tarefa fácil, ao longo dos anos nota-se que surgiram políticas educacionais na tentativa de melhorar a realidade do país, ora fracassadas, ora bem sucedidas. Todavia, nota-se que ainda existe grande porcentagem de adultos analfabetos funcionais, que obtiveram uma educação que não levou a compreender o seu meio, muito menos ao seu empoderamento como cidadão.

O ato de educar significa auxiliar na construção intencional e sistemática do saber, sendo essa, um fruto de conquista, um direito. Logo, não trata apenas de ler e escrever, mas sim o reconhecimento do valor da educação como instrumento no desenvolvimento humano. (PAIVA, 2005; SAVIANI, 2008).

Diante disso, o domínio da língua materna além de ter um caráter

social e público, também é uma condição fundamental para conquista e o exercício da cidadania, uma vez que, a aquisição de códigos e signos é que torna possível o acesso a informação e a produção de conhecimento (BAKHTIN, 1990; VENTURINI, 2004; LABOV, 2008).

Desse modo, a pesquisa tem como objetivo analisar a maneira como o ensino de língua materna é repassado aos alunos da Educação de Jovens e Adultos, evidenciando a importância da sociolinguística no contexto de ensino-aprendizagem.

Para o desenvolvimento da pesquisa, a metodologia empregada na investigação será realizada através de uma revisão de literatura, embasando-se obras relacionadas ao assunto, tais como, livros, a legislação nacional vigente, cartilhas, livros didáticos e artigos disponibilizados no banco de dados *Scielo*, CAPES e a legislação pertinente. Explorando qualitativamente os assuntos sobre o EJA, letramento e a sociolinguística nesse contexto.

2. Educação de jovens e adultos como direito

Contextualizar historicamente a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e suas trajetórias nas políticas educacionais marcadas de avanços e retrocessos torna-se uma tarefa complexa, visto que, essa modalidade passou por diversas fases na intenção de se constituir como uma prática educativa de sujeitos sociais.

Mais que a alfabetização e uma dívida social para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura, o EJA constitui como um direito fundamental, um direito a Educação, como expresso na Constituição Federal “Art. 205 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família” e no no Art. 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, como direito de todos ao “desenvolvimento pleno da personalidade humana” e como uma necessidade para fortalecer o “respeito aos direitos e liberdades fundamentais”.

Nessa perspectiva a educação é um direito de todos, logo, o direito à educação não pode ser desvinculado dos direitos sociais (GADOTTI, 2013).

Desse modo, a educação deve ser transformadora, tendo como enfoque a realidade que o país está enfrentando, respeitando as leis que regulamentam e asseguram o direito fundamental a própria educação, com

objetivo de integrar o indivíduo, independente da sua classe social, para que tenham realmente a base e se apropriem dos meios existentes, auxiliando-os na vida escolar e profissional (FREIRE, 1996; HERNANDEZ, 2000).

Paulo Freire (1996, p. 5) já dizia que “a prática educativa só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos educandos”.

A própria Lei de Diretrizes e Bases, promulgada no dia 20 de dezembro de 1996, prevê em seu “Art IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino–aprendizagem” (BRASIL, 2006).

Nesse sentido, a educação no EJA significa a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado, bem o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano, uma educação de qualidade que eleve sua autonomia, a criticidade, o empoderamento enquanto cidadão.

Letramento

Considerando que a forma como se constrói e progride determinada cultura é o que retrata e define a evolução do processo educativo e o domínio da leitura e escrita ocupa um padrão de qualidade que se deseja atingir na escola, logo, a notoriedade desse processo é perceptível sob a forma de tradição cultural, originando os conteúdos, currículos e materiais teóricos-metodológicos específicos das escolas atuais (VENTURINI, 2004).

É notória a relevância do letramento junto à alfabetização no trabalho com a EJA, visto que contribui para o desenvolvimento dos educandos na aprendizagem significativa da leitura, da escrita e requisito necessário para dar continuidade à escolarização (VÓVIO, KLEIMAN, 2013; BRITO, 2014).

No entanto, mais que saber ler e escrever são os usos e funções sociais da leitura e da escrita em ambientes diversificados, um processo fundamental para a construção de um projeto de sociedade inclusiva e democrática (SOARES, 2010; VÓVIO, KLEIMAN, 2013; BRITO, 2014).

Ao longo dos anos surgiram vários estudos dos conceitos e signi-

ficados da alfabetização – Paulo Freire (1996), Emilia Ferreiro (1991) entre outros – ampliando o seu status de apenas codificar e decodificar a língua, passando envolver outros conhecimentos habilidades, que implicam em fatores externos ao espaço escolar. Assim, por meio dessas demandas surge o termo letramento (SOARES, 2010).

Avalia a autora,

Letramento aparece sempre ligado à compreensão de leitura e escrita como práticas sociais, que privilegia a visão de língua que usamos a todo instante quando nos comunicamos. Alfabetização está ligada à concepção de escrita como sistema ordenado pelas regras gramaticais, ou mesmo de escrita como código, que é preciso decifrar. (SOARES, 2014, p. 16)

Grossi (1990) um aprendiz que não conheça um significativo número de letras e seu valor sonoro, este aluno vai ficar estacionado no seu processo de aquisição da escrita alfabética.

Desta forma, a alfabetização “não é determinante para que uma pessoa seja apta a usar os seus conhecimentos de leitura e escrita na sociedade” (BRITO, 2014, p. 25). Logo, para que ocorra o letramento em sua efetividade deve-se considerar toda a dimensão social e individual do educando.

Para Paiva (2005) o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição da escrita, logo, a sociolinguística é o estudo chave para efetivar o letramento, visto que, aborda a questão da capacidade da linguagem do ser humano e os recursos que formam as línguas humanas, criando uma variedade ilimitada de expressões linguísticas de extensão indeterminada (FERRARI *et al.*, 2016).

3. A importância da sociolinguística no contexto de ensino–aprendizagem da EJA

A língua e sociedade estão ligadas entre si de maneira inquestionável, uma vez que, o indivíduo é cercado por signos lingüísticos durante a sua vida toda, principalmente dentro do âmbito escolar, em seu processo de ensino–aprendizagem. Nesse viés, os estudos sociolinguísticos oferecem valiosa contribuição para descrever o padrão real que é atribuído na escola dentro do ensino de língua portuguesa, visto que, se interessa a importância social da linguagem, desde pequenos grupos socioculturais a grandes comunidades e suas mudanças, bem como suas variações e mudanças (MOLLICA; BRAGA, 2003; LABOV, 2008).

Para Labov (2008) a língua é um sistema marcado por alterações, ou seja, por variações linguísticas relacionadas com o social.

[...] podemos esperar que os fatores sociais estejam profundamente envolvidos na atuação do por que o estudo se fez em um lugar especial, no tempo e no espaço...o nosso primeiro problema é o de determinar os aspectos do contexto social da língua, que estão conectados com mudança linguística... seria, portanto, correlacionar os nossos dados linguísticos com as medidas de posição social ou comportamento podendo ser repetido em outro ponto no tempo. (LABOV, 1972, p. 47)

Sapir (1969, p. 26) salientava que “a língua é, antes de tudo, um produto cultural, ou social, e assim deve ser entendida”. Sendo assim, é inegável a relação entre língua e sociedade. Nesse passo, Bortoni-Ricardo (2005) assevera que linguagem, cultura e sociedade, apesar de serem distintas, não podem ser abordadas separadamente, pois há uma imbricação e interdependência entre elas. Para Labov (2008, p. 259) a língua é heterogênea e suas variações decorrem do produto da comunidade, fato que o leva a existência da sociolinguística, isto é, “estudar empiricamente as comunidades de fala”.

Desse modo, são inúmeros os fatores sociais externos que atuam na seleção de uma variante, grupos sociais geográficos e etários, o sexo, a escolaridade, a profissão, o local de moradia, entre outros (REIS *et al.*, 2011; FERRARI *et al.*, 2016).

Nesse sentido, o educando quando adentra na educação formal ele tem um conhecimento sobre a sua língua materna, logo, não há como dissociar o ensino da língua materna, um estudo da norma culta, com as variações existentes da linguagem informal. Ainda mais para o aluno da EJA que já possui o domínio da linguagem, sendo essa adquirida e legitimada em seu cotidiano, o qual permeia por inúmeras variações linguísticas, logo, para que a aprendizagem seja significativa deve-se considerar o uso da língua no contexto social.

Para Bortoni-Ricardo (2005),

A escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores e por meio deles, os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. E mais, que essas formas alternativas servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade. (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 15)

Nessa perspectiva, a aprendizagem da língua materna no EJA tem que considerar os fatores externos desse indivíduo, a sua heterogeneidade

como um todo: gênero, a classe social, os aspectos socioculturais da comunidade e suas diferentes vivências.

Desse modo, o profissional de educação que tem como objeto de ensino sua própria língua materna não pode acreditar que seu educando adentra a educação formal sem nada saber sobre sua língua e a negação desse fato contribui para a perpetuação do preconceito linguístico (REIS *et al.*, 2011).

Conforme argumenta os autores,

É preciso ir além das regras gramaticais: o aluno deve ser capaz de um processo reflexivo. Ao compreender a necessidade de aquisição do padrão mais formal tanto na oralidade quanto na escrita, é preciso que o educando seja capaz também de compreender que todas as variantes linguísticas são legítimas, próprias da história e da cultura de um povo (REIS *et al.*, 2011)

Além do mais, se a Escola, enquanto produtora de conhecimento, não reconhecer a heterogeneidade da língua continuará perpetuando a segregação, os quais só os mais privilegiados são detentores do uso da norma culta. Essa não é a função da educação como direito de todos e para todos.

4. Considerações finais

A Educação de Jovens e adultos é uma modalidade de ensino diferenciada, visto que, por ser um público que já possui o domínio da linguagem, sendo essa adquirida e legitimada em seu cotidiano, o qual permeia por inúmeras variações linguísticas, também tem uma bagagem cultural diversificada.

Além disso, o diálogo com a diversidade cultural do educando torna-se uma poderosa arma de postura metodológica, sendo capaz de ser objeto orientador tanto nas escolhas de conteúdo e de procedimentos de ensino.

Nessa perspectiva, para ocorrer o letramento em sua efetividade deve considerar todos os fatores externos, a heterogeneidade dos educandos, aspectos socioculturais da comunidade e suas diferentes manifestações. Assim, o ensino e aprendizagem da língua materna devem proporcionar ao educando a autonomia no uso da linguagem. Deve-se ensinar a norma culta, mas considerar todos os aspectos funcionais e reais da língua.

Diante disso, a escola e professores precisam adequar-se a nova realidade do público que atende, o ensino deve configurar não só uma noção de temporalidade, mas também noções de cidadania, de identidades individuais, sociais e coletivas, tornando pessoas conscientes e críticas, tendo um embasamento para enfrentar as condições do presente e situá-las em dimensão humanitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna – a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. *LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LEI Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D.O. U. de 23 de dezembro de 1996.

BRITO, Késsia Pereira. *Alfabetização e letramento na EJA*. 2014. 73 f., il. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

FERRARI, Lilian, FRANÇA, Anieli I. e MAIA, Marcus. *A Linguística no Século XXI: convergências e divergências no estudo da linguagem*. São Paulo: Contexto, 2016.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GROSSI, Ester Pillar. *Didática de alfabetização*, Volumes 1, 2 e 3. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1990.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MOLLICA, Maria Cecilia e BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.

PAIVA, JANE. *Educação de Jovens e Adultos: Direito, concepções e sentidos*. Tese. Programa de Pós Graduação de Educação. Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ, 2005.

REIS, P. C.; MACHADO, D. P.; BARBOSA, S. C. D. A. A sociolinguística e o ensino da língua materna. In: *X Congresso Nacional de Educação – EDUCARE*, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2011.

SAPIR, Edward. *Linguística como Ciência – Ensaios*. Trad. de Joaquim Matoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

SAVIANI, Demerval. *A pedagogia no Brasil: história e teoria*. Campinas: Autores e Associados, 2008.

SOARES, Magda. *Alfabetização e letramento*. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. *Letramento: um tema em três gêneros*. 4. ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 2001.

VENTURINI, I. V. G. *A história do Ensino da Língua Portuguesa nos livros didáticos brasileiros em dos tempos: a obra de Hermínio Sargentim (1974 e 1999)*. Dissertação Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG, 2004.

VOVIO, C.L.; KLEIMAN, A.B. *Letramento e alfabetização de pessoas jovens e adultas: um balanço da produção científica*. Cadernos CEDES. Centro de Estudos Educação e Sociedade, v. 33, n. 90, p. 177-96, 2013.